



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 398

Teresina(PI), 14 de outubro de 2005.

Senhor Governador,

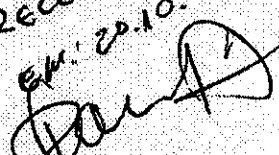
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Indicativo de Projeto de Lei de autoria do Deputado *Nerinho* que:

"Dispõe sobre parcelamento do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA."

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMISTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

AL-1948/05
RECEBI
EM: 20.10.05


ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

INDICATIVO N.º 04 DE DE DE 2005

*Dispõe sobre parcelamento do pagamento do
Imposto sobre a Propriedade de Veículos
Automotores – IPVA.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente aos exercícios anteriores, ainda não quitado pelos respectivos contribuintes, poderá ser parcelado conforme disposição desta lei.

Art. 2º. O crédito tributário parcelado será atualizado monetariamente, na data de adesão do contribuinte, sendo convertido em Unidade Fiscal de Referência do Estado do Piauí – UFR-PI, para desconversão no momento do efetivo pagamento.

§ 1º As parcelas ficarão limitadas ao número de 6 (seis), vedada a estipulação de quota inferior a 10 (dez) vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Piauí – UFR-PI.

§ 2º O parcelamento será automatizado pela Empresa de Processamento de Dados do Piauí – PRODEPI, cabendo à SEFAZ identificar os contribuintes sobre o direito de adesão que lhes assiste exercer até trinta dias da entrada em vigor da presente Lei.

§ 3º Os pagamentos serão cumpridos no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, a partir do mês subsequente ao da assinatura do termo de adesão.

Art. 3º. Os contribuintes que aderirem ao parcelamento previsto na presente Lei ficarão anistiados de multas e juros vinculados aos débitos objetivo do pagamento ou oriundos do DETRAN-PI.

Parágrafo único. A anistia de que trata o *caput* aplica-se, também no caso de pagamento integral do imposto.

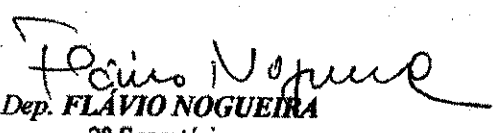
Art. 4º. A assinatura do termo de adesão implica aceitação e reconhecimento do débito, por parte do proprietário, com renúncia expressa de contestação administrativa ou judicial, devendo o Estado inscrever as parcelas vencidas na Dívida ativa, ante a inadimplência do contribuinte.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA em Teresina. (PI), 07 de outubro de 2005.


Dep. **THEMISTOCLES FILHO**
Presidente


Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
1º Secretário


Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário